

PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de equipamentos (tipo impressoras/multifuncionais laser e scanner) para impressão nas tonalidades de preto e branco, para reprodução de cópias e impressões, gerenciamento de impressão, digitalização, serviço de controle de impressão, com fornecimento de peças e suprimentos (cartucho de toner, exceto papel e grampo), manutenção preventiva corretiva, instalação e manutenção "Onsite" e bilhetagem de impressões.

EXTRATO DE JULGAMENTO DE RECURSO E DA CONTRARRAZÃO

Vem à deliberação superior, devidamente informado, os autos do processo licitatório em referência, com a manifestação de **recurso administrativo** interposto pela empresa recorrente: **KERSIS SISTEMAS DE IMPRESSAO E GESTAO DE DOCUMENTOS LTDA**, em face da decisão proferida pelo Pregoeiro na sessão pública de processamento do certame licitatório.

Notou-se que depois da r. decisão proferida pelo Pregoeiro na sessão pública de processamento da licitação em referência, na qual foi declarada vencedora a empresa **SOFFNER TECNOLOGIA LTDA** no objeto da presente licitação, manifestou-se o representante presente da empresa: **KERSIS SISTEMAS DE IMPRESSAO E GESTAO DE DOCUMENTOS LTDA** sua intenção de apresentar recurso, abrindo-se então o **prazo de 3 (três) dias** para apresentação de suas razões recursais, ficando as demais empresas licitantes participantes intimadas para apresentarem as contrarrazões, em igual número de dias, a contar do término do prazo do recorrente.

Dentro do prazo estabelecido, verificou-se a insurgência do **recurso administrativo** interposto pela empresa recorrente: **KERSIS SISTEMAS DE IMPRESSAO E GESTAO DE DOCUMENTOS LTDA** junto a plataforma de pregão eletrônico BBMNET.

Por sua vez, dentro do prazo estabelecido manifestou-se apresentando suas **contrarrazões de recurso**, a empresa licitante **SOFFNER TECNOLOGIA LTDA**, devidamente anexados junto a plataforma de pregão eletrônico BBMNET.

Refletindo sobre o embasamento legal da r. decisão recorrida, em relação aos critérios e requisitos estabelecidos no **Edital nº 47/2023** da licitação modalidade **Pregão Eletrônico nº 29/2023**, nas razões de recurso apresentada pela empresa recorrente e nas contrarrazões de recurso apresentada pela empresa impugnante, bem como, amparado na **resposta da diligência** efetuada junto a **Secretaria Municipal de Saúde**, setor requisitante, a qual assim se manifestou:

Considerando a AVALIAÇÃO RECURSAL interposta pelas empresas KERSIS SISTEMAS DE IMPRESSAO E GESTAO DE DOCUMENTOS LTDA e SOFFNER TECNOLOGIA, avaliamos o seguinte procedimento:

1. Fica estabelecido que a licitante SOFFNER TECNOLOGIA LTDA FICA HABILITADA, CUMPRINDO TODAS AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL em detrimento à empresa KERSIS SISTEMAS DE IMPRESSAO E GESTAO DE DOCUMENTOS LTDA.
2. Esta COMISSÃO DE AVALIAÇÃO da Secretaria Municipal de Saúde, através do seu Departamento de Tecnologia, responsável pela Coordenação do processo de avaliação da documentação técnica, esgota todos os recursos cabíveis para este certame. Considerando que a licitante SOFFNER TECNOLOGIA LTDA atendeu aos requisitos de habilitação previstos na HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA e DECLARAÇÕES no Pregão Eletrônico n. 29/2023, declarando-a apta de capaz de presta atendimento de acordo com o objeto tipificado para este processo.
3. Aguardamos assim o encaminhamento deste parecer ao ilustríssimo sr. Pregoeiro desta seção para cumprimento do devido processo legal e finalização do rito deste processo.
4. A licitante KERSIS SISTEMAS DE IMPRESSAO E GESTAO DE DOCUMENTOS LTDA fica autorizada a acompanhar toda a finalização e execução deste processo, afim de se cumprir todos os princípios e diretrizes da administração pública, garantindo assim a prerrogativa de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência do processo público.

Neste sentido, convenço-me de que o Pregoeiro acertou na sua decisão anteriormente proferida. Com efeito, a decisão do Pregoeiro é lícita e deve ser validada. Posto que, o departamento competente, em sua manifestação, deixou claro após devida análise do presente caso, que a empresa vencedora atendeu às exigências do Edital da presente licitação, prezando pelos princípios basilares da lei de licitação.

Corroborar com esta decisão, a Constituição Federal, em seu artigo 37, XXI, expressamente determina que as contratações públicas sejam precedidas de procedimento licitatório. Sendo um procedimento anterior ao próprio contrato, permite que várias pessoas ofereçam suas propostas, e em consequência, permite também que seja escolhida **a mais vantajosa** para a Administração. Como foi instruída por fundamentos próprios, a licitação é norteada por alguns princípios, alguns dos quais expressos em lei, os quais definem os lineamentos em que se deve situar o procedimento. Sobre a licitação, trazemos os ensinamentos abaixo:

*Conceito e finalidades da licitação – Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que **propicia igual oportunidade a todos os interessados** e atua como fato de eficiência e moralidade nos negócios administrativos. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 19ª ed. São Paulo: Malheiros Editora, 1994, p. 247).*

*A licitação é um procedimento obrigatório que antecede a celebração de contratos pela Administração Pública. A razão de existir dessa exigência reside no fato de que o Poder Público não pode escolher livremente um fornecedor qualquer, como fazem as empresas privadas. Os imperativos da isonomia, impessoalidade, moralidade e indisponibilidade do interesse público, que informam a atuação da Administração, obrigam à realização de um processo público para a **seleção imparcial da melhor proposta, garantindo iguais condições a todos que queiram concorrer para a celebração do contrato.** (MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, p. 381) **(GRIFOS NOSSO)***

Sendo assim, a realização do procedimento licitatório, nos termos do que dispõe a redação presente no artigo 3º da Lei n. 8.666/93, sempre serviu a duas finalidades, buscar a melhor proposta e oferecer condições iguais a todos que queiram contratar com a Administração.

Isto posto, submetida à minha superior análise para final decisão, **DECIDO** no aspecto estritamente legal e sob a ótica do posicionamento estabelecido no Edital, bem como, amparado na resposta da diligência efetuada junto a Secretaria Municipal de Saúde, setor requisitante, pelo conhecimento do **recurso administrativo** interposto pela empresa **KERSIS SISTEMAS DE IMPRESSAO E GESTAO DE DOCUMENTOS LTDA**, e pelo **não provimento** do mesmo, tudo na correta aplicação dos preceitos legais atinentes à espécie, mantendo-se a r. decisão recorrida que outrora a vista da habilitação, declarou vencedora no presente certame licitatório a empresa **SOFFNER TECNOLOGIA LTDA**.

Diante do exposto, ordeno a publicação dessa decisão na Imprensa Oficial Eletrônica do Município disponibilizada no site oficial: www.bebedouro.sp.gov.br, para a devida ciência de todos, em atendimento ao **item 14.5.1 do Edital nº 47/2023** da presente licitação.

Por fim, em atendimento ao **parágrafo 5º, do artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/93** e ulteriores alterações, coloque-se os autos do processo licitatório com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura, situado à Praça José Stamato Sobrinho nº 45, Centro, nesta cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo

Bebedouro/SP., 09 de agosto de 2023.

LUCAS GIBIN SEREN
PREFEITO MUNICIPAL